

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS

Um Estado obsoleto

O Brasil é um país em que as estruturas administrativas estão obsoletas, assentadas em regime jurídico ultrapassado e com parcela considerável dos políticos e burocratas desejando manter privilégios pretéritos à custa de sacrifício do povo.

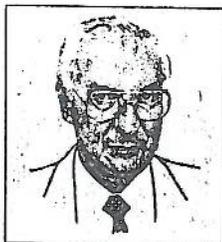
Nessa linha se compreende

por que as reformas administrativa e previdenciária ficaram aquém do que o País necessita e a reforma tributária não progride, nada obstante o elogiável esforço da Comissão de Tributos da Câmara dos Deputados, heroicamente buscando a solução para o impasse.

Desde 1992, quando publiquei, no Estado, o artigo *O custo da Federação* (23/1/1992), o Brasil involuiu, foi para trás, alargou suas amarras jurássicas, multiplicando o surgimento de novos municípios, aumentando o endividamento das entidades federativas, não reduzindo a máquina administrativa, sobre assegurar incontáveis vantagens previdenciárias aos detentores do poder nas três esferas de governo, os quais recebem, em média, dez vezes mais do que recebem os cidadãos que trabalham no setor privado.

A União, obrigada a suportar grande parte dos desmandos das demais unidades da Federação, na rolagem de dívidas, terminou sendo armadilhada pela luta contra a inflação. Gerou um déficit público crescente, pelo nível de taxa de juros que foi obrigada a manter por cinco anos – e ainda mantém –, trazendo de roldão Estados e municípios e, o que é pior, tornando inviável parcela considerável do parque empresarial brasileiro. A dívida atuarial do País beira R\$ 1 trilhão; a interna, R\$ 400 bilhões; e a externa, US\$ 200 bilhões!!!

É que o sucesso do real dependeria de um monumental enxugamento da máquina administrativa para que a sociedade não fosse obrigada a se exaurir sob o peso de carga tributária descomu-



Políticos e burocratas desejam manter privilégios à custa do povo

nal e do financiamento de seus empreendimentos a juros descompetitivos e, muitas vezes, estratosféricos.

Sem as reformas estruturais, a única forma encontrada para que não se desse fôlego à inflação foi a adoção de política monetária centrada nos juros elevados, abertura indiscriminada do merca-

do nacional, em processo recessivo, que terminou por reduzir as atividades das empresas nacionais fora e dentro do País.

Infelizmente, políticos e burocratas não se sensibilizaram até hoje para o fato de que a Nação está à deriva, razão pela qual grande parte deles continua a defender a obsolescência para enfrentar os agudos desafios do século 21, à sombra de um pacto federativo envelhecido.

São, de rigor, os maiores responsáveis pela manutenção desta realidade há cinco anos, pois incapazes de perceber que o País navega num mar sem porto de chegada, se a rota dessa visão pequena não for alterada.

O que é pior, neste cenário, é que todos os investidores de fora já perceberam a fragilidade da economia nacional, a ponto de as privatizações terem sido feitas com ponderável parcela dos fundos de pensões das próprias

empresas estatais ou com capital de fora pelo baixo custo do investimento, não havendo mais, por parte daqueles outros investidores, que compassam e descompassam as economias dos países emergentes, a tranqüilidade de que o País seja bom investimento, nada obstante os juros elevados aqui ofertados ao mercado externo.

É que tais agentes econômico detêm US\$ 70 trilhões de ativos financeiros, ou seja, mais do que o dobro do PIB mundial (US\$ 32 trilhões), dos quais US\$ 15 trilhões fora do controle de qualquer banco central, pois originários de paraísos fiscais. Mais de 25 PIBs brasileiros entram e saem dos países desenvolvidos e emergentes, sem nenhum controle de nenhum governo. E, sempre que o capital especulativo – também formado de ativos do narcotráfico – entra em pânico, foge da alta rentabilidade dos países emergentes para a alta confiabilidade dos países desenvolvidos, embora com baixa rentabilidade.

Nesse panorama, em que nem as grandes nações controlam tais recursos e há excessiva liquidez mundial, aliada à fantástica velocidade de remanejamento de capitais, uma economia travada, como é a brasileira, traz permanente intranqüilidade aos meios financeiros internacionais, razão por que a vulnerabilidade do País é evidente. É que a economia não é um jogo de pôquer, mas de xadrez, e quem entende as regras do jogo visuali-

za todas as jogadas, pois tudo é feito a descoberto.

Por essa razão é que entendo que todo o esforço para tornar viável a reforma administrativa, com a promulgação de leis infraconstitucionais, e para reformular o sistema previdenciário – o grande causador do déficit do Tesouro –, assim como para aceleração das reformas do Judiciário, política e tributária, é fundamental para sinalizar ao mundo que o Brasil ainda é um país viável. A do Judiciário permitirá a dinamização de todos os processos; a política, a eliminação dos feudos eleitorais e da falta de representatividade, se se adotar apenas o voto distrital e a fidelidade partidária; e a tributária, se simplificar o sistema, representará uma grande conquista.

O certo, entretanto, é que sem tais reformas o País é inviável, pois o Estado é maior do que a sociedade, políticos e burocratas são mais fortes que o povo e a máquina administrativa, enferrujada e lenta, sufoca a atividade empresarial, sendo um dos fatores mais claros do desemprego e da recessão.

Realizaremos, agora em setembro, pela Academia Internacional de Direito e Economia, com acadêmicos, professores, magistrados e políticos convidados, um seminário sobre as reformas essenciais para o País, pois estamos convencidos de que não se pode mais postergar seu debate. Há cinco anos o País espera por elas.

O primeiro grande teste será a discussão da reforma tributária, em que há aspectos extremamente positivos e alguns negativos que precisam ser discutidos no relatório do deputado Mussa Demes. O avanço ou não desta proposta, todavia, representará o termômetro do futuro do País, ou seja, viver em crise, recessão e desemprego ou começar a alavancar seu desenvolvimento para enfrentar os brutais desafios do século 21.

■ Ives Gandra da Silva Martins é professor emérito das Universidades Mackenzie, Paulista (Unip) e Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (Eceme), presidente da Academia Internacional de Direito e Economia e do Conselho de Estudos Jurídicos da Federação do Comércio do Estado de São Paulo

